

09-OUT-2005

VI Encontro da EcoEco

Brasília, DF. 23-25 Novembro 2005.

MESA 3: Desenvolvimento urbano e Meio Ambiente

Destinos da ruralidade: um *zoom* sobre a Itália.

José Eli da Veiga, USP (FEA-Economia & Procam)

www.econ.fea.usp.br/zeeli/

Destinos da ruralidade: um *zoom* sobre a Itália.

José Eli da Veiga, USP (FEA-Economia & Procam)

www.econ.fea.usp.br/zeeli/

Introdução

O debate sobre a superação da chamada “dicotomia urbano-rural” continua a opor, em seus extremos, a hipótese de completa urbanização, lançada em 1970, pelo filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, à hipótese de um renascimento rural, contraposta, em 1972, pelo geógrafo e sociólogo Bernard Kayser. Todavia, passados mais de trinta anos, a ruralidade dos países avançados não desapareceu, nem renasceu, o que exige a formulação de uma terceira hipótese que as supere. Tal hipótese foi esboçada em artigo anterior, que abordou a questão no amplíssimo âmbito do processo de “globalização”¹. Ela será aqui reexaminada à luz de novas evidências².

Depois de uma apresentação sintética dessa terceira hipótese, o texto se volta, na segunda seção, à exposição de evidências empíricas sobre um de seus pontos nevrálgicos: a idéia de que são três os vetores fundamentais da nova ruralidade. Primeiro, o desdobramento paisagístico dos esforços de conservação da biodiversidade. Segundo, o aproveitamento econômico das decorrentes amenidades naturais através de um leque de atividades que costumam ser tratadas no âmbito do turismo. Terceiro, a crescente necessidade de buscar a utilização de fontes renováveis de energia disponíveis nos espaços rurais. Uma vez descritas as principais manifestações desses três vetores no caso italiano, são também apontados, ainda na segunda seção, os conflitos (já constatáveis ou previsíveis) que podem ocorrer entre esses três vetores.

¹ Publicado pela revista *Estudos Avançados* (n. 51, maio-agosto, 2004), recebeu o II Prêmio Milton Santos, outorgado, em maio de 2005, pela ANPUR (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional).

² Obtidas durante estadia na Itália, em abril-junho de 2005, graças a valiosíssimo auxílio da FAPESP.

Mas, como o objetivo de empreender um estudo específico do caso italiano não se prende apenas à busca de evidências empíricas que confirmem estes ou outros aspectos da terceira hipótese, o texto vai um pouco mais longe. Propõe nas seções subseqüentes uma abordagem preliminar de duas questões mais espinhosas, que são de caráter mais abstrato: (a) Por um lado, é preciso saber se essas novas evidências realmente confirmam que a chamada “nova ruralidade” não é um “renascimento”, como pensou Kayser (seção 3). (b) Por outro, é preciso explicitar as bases teóricas das três hipóteses (seção 4), único caminho promissor para um aprofundamento da abordagem “territorial” do desenvolvimento rural, cuja principal fraqueza vem do fato de estar sendo construída em termos excessivamente normativos.

1. A terceira hipótese ³

O mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo. Torna-se cada vez mais forte a atração pelos espaços rurais em todas as sociedades mais desenvolvidas. Fenômeno novo, que pouco ou nada tem a ver com as relações que essas sociedades mantiveram no passado com tais territórios. É uma atração que resulta basicamente do vertiginoso aumento da mobilidade, com seu crescente leque de deslocamentos, curtos ou longos, reais ou virtuais. A cidade e o campo se casaram, e enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza. O fenômeno foi vislumbrado tanto por Lefebvre, quanto por Kayser, muito embora de formas equivocadas. A ‘revolução do espaço’ que engendra a ‘sociedade urbana’ (ou pós-industrial) tende a *revigorar* a ruralidade, mas mediante *mutação*, e não ‘renascimento’.

Há pelos menos duas grandes dimensões da globalização contemporânea que atuam de forma contraditória sobre os destinos das áreas rurais. A dimensão econômica – que envolve as cadeias produtivas, comércio e fluxos financeiros – tende a agir essencialmente no sentido de torná-las cada vez mais periféricas, ou marginais. Ao lado das novas hierarquias regionais, há vastos territórios que se tornam cada vez mais excluídos das grandes dinâmicas que alimentam o crescimento da economia global. Simultaneamente, a dimensão ambiental – que envolve tanto as bases das amenidades naturais, quanto várias fontes de energia e biodiversidade – age essencialmente no sentido de torná-las cada vez

³ Esta síntese não explicita as fontes de várias idéias. Para as referências bibliográficas, ver Veiga (2004-a).

mais valiosas à qualidade da vida, ou ao bem-estar. A ação simultânea dessas duas tendências está tendo um duplo efeito sobre a ruralidade. Por um lado, faz com que aquele rural “remoto”, ou “profundo”, seja cada vez mais conservado, mesmo que possa admitir várias das atividades econômicas de baixo impacto. Por outro, faz com que no rural “acessível” ocorram inéditas combinações socioeconômicas.

Em territórios rurais dos mais dinâmicos predominam atividades do setor terciário, principalmente serviços que atraem rendas geradas pela produtividade de outros lugares. Assim, maior dinamismo rural em sociedades avançadas se baseia em atividades voltadas a segundas residências, aposentados, esportistas radicais, congressistas, turistas e estudantes. E o que mais gera emprego são arranjos locais de saúde, cultura, educação, esportes, e inúmeros outros tipos de recreação ou turismo ⁴. A atual ruralidade da Europa e da América do Norte não resulta de um impulso que ressuscita fundamentos de alguma ruralidade pretérita, mesmo que possa coexistir com aspectos de continuidade e permanência. O que é novo nessa ruralidade pouco tem a ver com o passado, pois nunca houve sociedades tão opulentas quanto as que hoje tanto estão valorizando sua relação com a natureza. Não somente no que se refere à consciência sobre as ameaças à biodiversidade ou à regulação térmica do planeta. Também no que concerne a liberdade conquistada pelos aposentados de escolherem os melhores remanescentes naturais para locais de residência, ou da liberdade conquistada por muitas outras categorias sociais de usufruir seu tempo livre fora – e às vezes longe – das aglomerações urbanas onde residem e trabalham.

Pois bem, nas 40 linhas anteriores, que sintetizam a referida hipótese, há várias afirmações-chave que precisam de testes mais específicos e mais aprofundados. Uma das mais importantes é essa idéia de que a dimensão ambiental da globalização age no sentido de tornar as áreas rurais cada vez mais valiosas à qualidade da vida, ou ao bem-estar, enfatizando uma espécie de trindade: conservação do patrimônio natural, aproveitamento econômico das decorrentes amenidades, e exploração de novas fontes de energia. Trata-se,

⁴ Claro, existem exceções, principalmente na América do Norte, onde focos de desenvolvimento rural são induzidos por peculiares investimentos públicos (como penitenciárias), ou privados (como cassinos). No entanto, essas exceções só servem para confirmar a regra geral de que o dinamismo rural em sociedades avançadas se dá principalmente pela exploração econômica de amenidades naturais e culturais. Por isso, a atual ruralidade virtuosa do primeiro mundo é aquela que conseguiu atravessar o século passado sem ter sido comprometida por algum dos inúmeros impactos ambientais negativos de atividades primárias ou secundárias, decorrentes das mais óbvias vantagens comparativas.

então, de examinar como estão evoluindo no caso específico da Itália esses três vetores para, em seguida, discutir suas inter-relações.

2. Os três vetores

No que se refere à conservação do patrimônio paisagístico, por razões óbvias merece especial atenção a proteção de ecossistemas (terrestres e marítimos). Mas sem esquecer, é claro, de atividades florestais e agrícolas que também podem contribuir para a conservação da biodiversidade. Quanto ao aproveitamento econômico das decorrentes amenidades, o foco estará evidentemente no turismo, mas no sentido mais amplo que envolve tanto o fenômeno da segunda residência (casa de campo, chácara de recreio, etc.), quanto o de concentrações de aposentados. E no tocante à exploração de novas fontes de energia, são evidentemente as de caráter realmente renovável as mais pertinentes à questão da ruralidade.

2.1 - Biodiversidade

Com metade da flora, e um terço da fauna, apesar de seu diminuto tamanho (1/30 do continente) a Itália é o país europeu com maior biodiversidade. E as informações disponíveis sobre seus sistemas de proteção de áreas verdes permitem estimar que vários tipos de práticas conservacionistas estejam ocorrendo em mais de um quinto do território.

Em primeiro lugar, quase 11% da superfície faz parte do sistema mais tradicional de unidades de conservação, como os parques (nacionais e regionais), as reservas naturais (estatais e regionais), as áreas marinhas protegidas, e outras áreas naturais regionais (no conjunto, algo próximo a 4 milhões de hectares). Mas esses 11% resultam evidentemente de grandes contrastes regionais. A participação pode ser superior a 20% em regiões com muitas áreas de montanha, que talvez tenham sido beneficiadas por uma espécie de defesa natural contra a histórica agressão das atividades humanas (Abruzzo: 28,3%, Campania: 24,1%, Trentino-Alto-Adige: 20,8%). Ou pode ficar em mínimos 5 ou 6% em notórios casos opostos, como os do Vêneto (5,1%) e da Lombardia (5,5%). No entanto, isso não parece ser uma regra, pois na Ligúria a proporção é semelhante (5,3%) apesar do relevo

também ser impróprio para atividades agropecuárias⁵, e do fato de ser essa a região com a maior cobertura florestal em termos proporcionais (73%), como se verá mais adiante.

Em segundo lugar, algo como 15% do território faz parte de sistema mais recente, que resulta dos incentivos previstos no programa “Natura 2000”, da União Européia (quase 5 milhões de hectares)⁶. Esse programa é composto de dois tipos de unidades de conservação que deverão paulatinamente convergir e se tornar “Zonas Especiais de Conservação” (“ZSC”). De um lado há as ZPS (“Zonas de Proteção Especial”) que, na Itália, são em número de 2.256. De outro há os “SIC” (“Sítios de Importância Comunitária”), que são 503.

Além desses dois arranjos diretamente voltados à conservação da biodiversidade, também tem importância o conjunto da cobertura florestal, que inclui a exploração comercial. E sobre ela há dados realmente impressionantes, oriundos do Inventário Florestal 1985-2003. Nesse período de 18 anos, a retração de formas mais extensivas de atividade agrícola e pecuária permitiu que a cobertura florestal aumentasse 21,8%, passando de 8.360.100 hectares (em 1985), para 10.184.458 hectares (em 2003). E não pode deixar de ser enfatizado que esses pouco mais de 10 milhões de hectares correspondem a algo em torno de 29% do território nacional. As cinco regiões com maior cobertura são: Ligúria (73%), Trentino Alto Adige (64%), Toscana (51%), Sardenha (51%), e Umbria (45%). Já as cinco que tiveram as maiores expansões proporcionais foram: Abruzzo (+40%), Marche (+39%), Sicília (+37%), Emília Romagna (+36%), e Lazio (+33%).

Além dos dois sistemas de unidades de conservação, e além dessa forte expansão da cobertura florestal, a biodiversidade também pode estar sendo ajudada por pelo menos outros três fenômenos específicos ligados às atividades agropecuárias: a) a agricultura “biológica”, que corresponde no Brasil à agricultura “orgânica”, b) o esquema europeu de certificação de produtos “típicos” e “tradicionais”, e c) a as zonas declaradas livres de organismos geneticamente modificados (“*OGM Free*”).

⁵ Ou de hercúlea conquista para tais atividades, como mostram as vinhas e os olivais plantados em “terraços”, que hoje são a imagem de marca do Parque Nacional das “Cinque Terre”, declarado pela Unesco como Patrimônio da Humanidade, em 1997.

⁶ O relatório Legambiente (2005-a) contabiliza 4.987.366 hectares, que corresponderiam a 16,5%. No entanto, um pouco antes foi dito que os 3.821.779 hectares do primeiro sistema corresponderiam a 10,89%. Há certamente alguma imprecisão nesses números.

No que se refere à agricultura biológica, a Itália é o primeiro país da Europa, e o terceiro do mundo, depois da Austrália e da Argentina. Estima-se que a área cultivada com métodos alternativos ecologicamente responsáveis esteja em torno de 0,5% da área agrícola mundial, sendo que na Europa essa participação chega a 3%. Na Itália, os 55.902 estabelecimentos “bio” já correspondem a 7% da área agrícola nacional. Também no que se refere à obtenção de certificados de produtos típicos, a Itália ocupa o primeiro lugar europeu ⁷. Merece destaque a existência da “Fondazione *Slow Food* per la Biodiversità”, criada em 2002 pelo movimento internacional do mesmo nome, cujas origens remontam ao Piemonte do início dos anos 1980 (Petrini, 2005). Finalmente, 14 das 20 regiões se declararam “OGM free”. Só duas são contrárias: Lombardia e Valle d’Aosta. Em três há propostas legislativas ainda em processo de discussão: Piemonte, Calábria, e Sicília. No Trentino Alto Adige, apenas a Província de Bolzano decidiu aderir à carta europeia. Mas em todas as outras 14 regiões há leis regionais que as declaram livres de OGM.

2.2 - Turismo

Sintoma bem significativo da crescente relevância do turismo rural nas últimas décadas do século passado foi o seminário sobre esse tema organizado pelo Touring Club Italiano no final de 1989 (TCI, 2001). A primeira palestra, sobre “os valores da ruralidade no mundo atual”, proferida pelo geógrafo Umberto Bonapace, consultor científico do evento, destacou a ocorrência de uma profunda “mutação histórica, simultaneamente econômica, social e antropológica”. Uma mutação caracterizada pela morte da civilização camponesa, e pela emergência, ainda confusa e indistinta, de uma nova cultura de corte urbano, que, por sua vez, perdeu suas antigas especificidades culturais para adequar-se aos modelos alienígenas da assim chamada sociedade de consumo. E depois de perguntar o que restaria da ruralidade do país, e qual valor ela ainda poderia ter para os italianos nas vésperas do ano 2000, propôs a seguinte resposta: permanecem duas grandes heranças que se deve gerir e fazer frutificar para o presente e para o futuro. A primeira, de ordem física, é o espaço; a segunda, de ordem cultural, é o patrimônio das tradições. E com a ajuda de uma carta do

⁷ No tocante aos vinhos, são 317 os “DOC” (“Denominação de Origem Controlada”), e 20 os “DOCG” (“DOC e Garantida”). Os DOCG são DOC de mais alto padrão e grande notoriedade nacional e internacional para os quais os controles de qualidade são bem mais severos. Ao lado deles, há 145 dos 678 produtos agrícolas típicos reconhecidos pela União Europeia (França em segundo lugar com 141).

uso do solo, mostrou que as áreas rurais sem exploração agrícola, ou com aproveitamento extensivo - onde ocorrem obviamente as mais baixas densidades demográficas - correspondem a 4/5 da superfície nacional. Nem teria sido necessário acrescentar que é fortemente urbanizado e industrializado o outro quinto, onde predomina a grande agricultura intensiva (Bonapace, 2001:26).

A segunda palestra, de Corrado Barberis, presidente do Instituto Nacional de Sociologia Rural, começou por destacar uma tendência ao “repovoamento” dos 7 mil municípios rurais, fenômeno que ele atribuiu a 6 fatores: a) natalidade menos avarenta que permitiu saldo demográfico; b) aumento da mobilidade graças a uma melhora dos transportes que multiplicou os movimentos pendulares entre lugar de residência e lugar de trabalho; c) um incipiente êxodo urbano motivado pela carestia dos aluguéis e pela degradação ambiental, fenômenos que realçaram certas vantagens da vida rural, onde todos – ou quase – têm casa própria, até os operários; d) descentralização de indústrias atraídas pela oferta de terrenos, não somente mais baratos, mas com bons incentivos financeiros; e) um tipo de empreendedorismo local, muitas vezes de origem agrícola, particularmente nas regiões bem marcadas pela parceria ou meação (“*mezzadria*”); f) as políticas regionais previstas pela Constituição de 1947, mas que só começaram a se materializar nos anos 1970, com a autonomia conferida a novas entidades voltadas à agricultura, artesanato, turismo e, sobretudo, urbanismo.

Foi a sobreposição desses seis fatores que fez nascer uma “nova ruralidade”, disse Barberis. Isto é, um sistema social no qual a agricultura frequentemente gera a menor parte da renda, pouco pesando na formação do PIB do território considerado, mas garantindo um conjunto de infra-estruturas fundamentais: casa própria, um espaço menos restrito, e alimentação mais saudável e econômica. Essa “nova ruralidade” tem seus pontos de força nas regiões do Centro-Norte, onde foi mais intensa a formação de pequenas empresas artesanais e industriais. E tem sua expressão mais colorida na multiplicação de feiras, festas e festividades, muitas vezes ligadas à figura do santo patrono da localidade, mas também, de forma menos aberta, à divindade gastronômica do lugar: “*il raviolo o la bruschetta, il pecorino o il cinghiale*”. Tais manifestações são marcadas por forte sentido de pertencimento, destinado a sustentar os pequenos mercados locais que se apóiam neste ou naquele produto típico. Uma consideração de muita importância, tanto para o turismo

quanto para a agricultura. Principalmente porque para que um produto típico se afirme em nível nacional, ele precisa ser o porta-bandeira da cultura local. Só o primeiro do vilarejo poderá competir pelo segundo lugar em Roma (Barberis, 2001:36) ⁸.

Nos anos 1990, tanto as diversas atividades mais genéricas do turismo rural, quanto as mais específicas ao “agriturismo” (no Brasil agroturismo) – assim como a correlata promoção de produtos agroalimentares típicos - tiveram um grande apoio da Comunidade Européia através do programa LEADER: “Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural”, criado em 1991. E chegou a 15 milhões o número de “presenças” ⁹ registradas nos estabelecimentos do agriturismo italiano em 1999 (INEA,2001). Entre 2000 e 2003, passou de 11.487 para 12.603 o número de estabelecimentos agriturísticos, com fortíssima concentração na Toscana (de 2.430 para 2.606 e 35% dos pernites) e no Trentino Alto Adige (de 2.350 para 2.774 e 24% dos pernites) ¹⁰. Depois dessas duas regiões aparece o Vêneto, com apenas 830 estabelecimentos em 2003 (805 em 2000) (Legambiente, 2005-a).

Essas fortes desigualdades regionais do agriturismo podem estar ligadas a uma das principais características da ruralidade dos países mais avançados: o contraste entre espaços rurais cuja economia continua a depender essencialmente de rendas obtidas com a exportação de mercadorias agrícolas (ou agroindustriais), e áreas em que a economia depende essencialmente de deslocamentos de rendas geradas e obtidas nas cidades. Essa divisão também costuma ter certa correspondência com a uma característica de ordem geofísica, fundada no relevo. De um lado planícies e planaltos, do outro, colinas e montanhas. Mesmo nos casos em que é hidrográfico o foco dos deslocamentos turísticos -

BOX 1 – Esboço de proposições do colóquio ”Turismo e mundo rural”.

- 1) O mundo rural italiano é um ecossistema cultural, depositário de inimitável e extraordinário patrimônio de bens ambientais, históricos e artísticos, que documenta, sem solução de continuidade, e em relação dialética com as cidades, o processo histórico e civil que marcou a Itália e a Europa. O patrimônio da ruralidade não é, pois, para ser considerado como pura memória do passado, e sim como um conjunto de bens e valores capazes de influir profundamente sobre a evolução civil da sociedade. Tais bens e valores são largamente difusos sobre todo o território nacional. E é nessa difusão que está a razão de sua grande importância e, ao mesmo tempo, de sua grande fragilidade.

⁸ Uma idéia dos resultados desse colóquio de 1989 está no esboço de documento final traduzido no Box 1.

⁹ Por corresponder à idéias de hóspedes/dia, a expressão será traduzida simplesmente por “pernoites”.

¹⁰ No Trentino Alto Adige há imensa concentração de estabelecimentos na Província de Bolzano. Aliás, o mesmo fenômeno ocorre nas províncias de Siena, Pérugia, Florença e Grosseto (OCDE, 2002:168).

A coexistência, em parte do território, de atividades econômicas e de formas de assentamento ligadas ao desenvolvimento moderno da sociedade coloca problemas urgentes de tutela e conservação do patrimônio. Simultaneamente, o enfraquecimento da proteção humana em vastos espaços que hoje são considerados marginais, ameaça a integridade das paisagens rurais, além de abrir caminho para desaconselháveis formas de apropriação e de desfrute.

- 2) É preciso passar da percepção indistinta e frequentemente equivocada dos valores do mundo rural ao conhecimento sobre ambos e à sua correspondente valoração. Tal necessidade cabe antes de tudo aos organismos públicos encarregados da administração do território. O território rural como recurso finito e precioso exige um governo que, ao assegurar a tutela dos valores ambientais e culturais da ruralidade, induza também uma apropriada utilização que garanta a permanência de válida proteção humana. Para isso, impõe-se com urgência o sistemático reconhecimento dos bens difusos, o qual demandará competências que estão hoje distribuídas sob diversas etiquetas (bens culturais, agricultura, turismo, transportes, obras públicas) e em diversos níveis administrativos (Estado, Região, entidades locais).
- 3) O turismo rural está revelando uma inesperada gama oportunidades em resposta ao crescimento qualitativo e quantitativo de um amplo leque de usuários. Em primeiro lugar aparece o agriturismo, com mais de vinte anos de experiência com novas atividades receptivas e recreativas em meio a tradicionais funções produtivas dos estabelecimentos agrícolas. Espera-se que os órgãos públicos dêem efetiva atenção à legislação recentemente promulgada, preenchendo lacunas e inadequações no âmbito fiscal. Mas assumem cada vez maior importância as mais diversas formas de turismo cultural, as atividades lúdicas e esportivas ao ar livre, e os recursos climáticos para repouso e tratamentos. É forte a contribuição potencial que o turismo rural pode esperar das escolas, seja pela sensibilização de consciências jovens; seja através da formação de cidadãos dotados de cultura ambiental, e de capacidade de observação metódica e sintética da realidade circundante; seja através de viagens de instrução e formação ligada ao conhecimento do ambiente rural, das paisagens antrópicas, dos testemunhos históricos, e mediante aquisição de uma cultura do território.
- 4) A organização de uma oferta turística fortemente descentralizada e diferenciada, como é a que investe no patrimônio ambiental e cultural da ruralidade, demanda uma forte sinergia entre iniciativas públicas e privadas. Na verdade, essa oferta coloca em xeque a gestão dos bens públicos, pois o conjunto de suas atividades deve ser coordenado num sistema orgânico de escalas local, regional e nacional. É esta a tarefa básica que desafia o poder público. É dele a competência sobre a oferta dos bens culturais móveis e imóveis de maior valor, cuja fruição exige que sejam conservados, restaurados e tornados visitáveis. E só pode ser fruto da iniciativa privada a oferta de hospedagem rural, adequada à demanda e dentro dos padrões de qualidade e competitividade, mas ao mesmo tempo integrada com o âmbito natural e cultural no qual está inserida.

CONCLUSÕES: O turismo rural se torna cada vez mais um instrumento capaz de favorecer três exigências concomitantes: a) conhecimento, requalificação e valorização de um patrimônio de inestimável valor ecológico e cultural, capilarmente difuso no território; b) a promoção de atividades econômicas integrativas para as populações que residem nas áreas rurais e que constituem a primeira e insubstituível proteção de seus bens ambientais e culturais; c) a reapropriação pelos cidadãos dos valores civis, sociais e culturais capazes de responder às suas crescentes necessidades de regeneração física e de enriquecimento espiritual no âmbito de uma melhor qualidade de vida.

Fonte: TCI (1991:262-4)

como no caso de lagos – quase sempre está combinado com a proximidade de colinas (ou coxilhas) e montanhas.

Isto não quer dizer que territórios rurais da grande agricultura de planície não possam contar com os consumos turísticos. E muito menos que territórios rurais de amenidades naturais não se beneficiem de rendas provenientes da venda de produtos primários. Bem ao contrário, sendo suficiente lembrar das várias formas de patrimônio histórico e cultural presentes em planícies, ou os inúmeros tipos de produtos agropecuários tradicionais, ou de qualidade, típicos de colinas e montanhas. Além disso, também houve razoável proteção de áreas verdes nas planícies (principalmente margens de rios que as atravessam), e certas formas de horticultura intensiva são praticadas em áreas de colina. Todavia, apesar da existência de todas essas intersecções, parece indiscutível que tenha ocorrido uma configuração de dois subconjuntos bem distintos de ruralidade: um essencialmente marcado pela grande agricultura de vasta planície, e outro essencialmente marcado pelas amenidades naturais das paisagens mais bucólicas das zonas montanhosas ou de colinas.¹¹

Tal divisão geográfica também parece ter sido diretamente influenciada pela evolução desse leque de fenômenos designados genericamente por turismo, por sua vez estreitamente determinado pelo aumento simultâneo do tempo livre e da renda. E, por consequência, do aumento das atividades de lazer de crescentes estratos e camadas sociais. Essa foi, aliás, uma das principais mudanças engendradas pelo desenvolvimento das sociedades industriais. Em seus primórdios, a esmagadora maioria da população ativa trabalhava umas 3.500 horas por ano (300 jornadas de 12h), e consagrava outras 3.650 para dormir e comer (10 horas por dia). No final do século XX, mesmo em países europeus que demoraram a se industrializar – como foi o caso da Itália – o mais comum era que se trabalhasse apenas 1.800 horas (225 jornadas de 8h). Com isso, além de ter praticamente dobrado o tempo disponível para o ócio - passando de 18% para 38% - a conquista das férias reduziu sua dispersão. E o tempo de vida, que em média não ia além dos 40 anos, aproximou-se dos 80. Além disso, a escola foi progressivamente tomando o lugar do trabalho infantil e juvenil (Battilani, 2001).

¹¹ Um dos exemplos mais gritantes dessa divisão talvez seja a Lombardia, na qual 440 (30%) municípios com “prevalente economia turística” - cuja esmagadora maioria é rural - estão concentrados nas áreas pré-alpinas e alpinas (norte), ou numa pequena área de colinas do extremo sul. Quase todos os outros municípios rurais, assim como quase todas as cidades lombardas estão localizados na célebre “pianura padana” cortada pelo Pó.

As férias remuneradas só foram conquistadas pelos sindicatos das maiores categorias profissionais na maioria dos países hoje considerados desenvolvidos no intervalo entre as duas guerras mundiais. Foi somente depois de sua generalização, durante a Era de Ouro (1948-73), que realmente ocorreu a chamada explosão do turismo de massa, e que começaram a surgir as atuais correntes migratórias de aposentados ¹². Por isso, foi basicamente a partir dos anos 1960 que utilizar o tempo livre numa casa de campo, ou em diversos tipos de áreas naturais protegidas, passou a ser uma possibilidade aberta a amplos setores das atuais imensas camadas médias dos países considerados mais desenvolvidos.

Não é fácil estabelecer estatísticas razoáveis sobre todos os deslocamentos desse gênero, mas o 13º Relatório sobre o turismo italiano permite ter uma ordem de grandeza. Em 2004 houve 118 milhões pernoites em localidades pertencentes aos 23 Parques Nacionais (5% do território); sendo 54 milhões de excursionistas, 43 milhões em residências secundárias, e 21 milhões na rede hoteleira ¹³. Infelizmente, dados mais precisos só existem para esta terceira categoria, referente aos registros das estruturas de hospedagem. Mesmo assim permitem interessantes comparações, como as ilustradas pelas tabelas 1 e 2.

São os equipamentos de hospedagem situados em localidades litorâneas (“*marine*”) os que atraem mais de um terço dos turistas. E continuaram com alta taxa de crescimento nos anos 1990. No entanto, é praticamente igual a distribuição entre as localidades mais urbanas (“*Città d’Arte*” & “*Capoluoghi*”) e mais rurais (de montanhas, lagos e áreas de colinas). E o crescimento foi maior na segunda categoria.

Tabela 1 – Pernoites no conjunto dos equipamentos receptivos, Itália, 1990-1999.
(Em milhares)

Tipo de localidade	1990	1999	Variação %
---------------------------	-------------	-------------	-------------------

¹² É comum que o termo “turismo” evoque somente a idéia de viagens que envolvam algum tipo de alojamento temporário em hotéis, pensões, albergues, *campings*, colônias de férias, etc. Outras vezes também se considera o fenômeno da segunda residência (casa de veraneio, chácara de lazer, etc.). Mas é importante notar grande similaridade na tendência de êxodo de parte dos aposentados dos lugares em que residiam enquanto trabalhavam. Pelo menos no que se refere ao efeito econômico nos locais de destino, onde são gastos vários tipos de rendimentos que ali não foram gerados.

¹³ Conforme matéria sobre o crescimento do turismo nos parques nacionais publicada na revista do Touring Club Italiano (“*Qui Touring*”) de Abril 2005, pp. 11-15.

Litorâneas	76.724	106.333	+ 38,6
Em “Cidades de Arte”	43.077	59.109	+37,2
Em capitais de província	17.401	15.526	-10,8
Sub-Total	137.202	180.968	+31,9
De montanha	25.454	38.295	+50,4
De lagos	14.950	19.461	+30,2
Termais	13.573	14.415	+ 6,2
De colinas	6.631	10.332	+55,8
Sub-Total	60.608	82.503	+36,1%
Outras	54.407	44.843	-17,6
TOTAIS	252.217	308.314	+22,2

Fonte dos dados: Bartaletti & Vavassori (2002).

Tabela 2 – Participação relativa dos pernoites em equipamentos receptivos da rede de hospedagem, conforme o tipo de localidade, Itália, 1990-1999.

(Em milhares)

Tipo de localidade	1990	1999
Litorâneas	30,4	34,5
Em “Cidades de Arte”	17,1	19,2
Em capitais de província	6,9	5,0
Sub-Total (URB)	24,0	24,2
De montanha	10,1	12,4
De lagos	5,9	6,3
De colinas	2,6	3,4
Sub-Total (RUR)	18,6	22,1
Termais	5,4	4,7
Outras	21,6	14,5
TOTAIS	100,0	100,0

Fonte dos dados: Bartaletti & Vavassori (2002).

Claro, muitas vezes essas destinações não correspondem a pessoas ou viagens distintas. É extremamente comum que em viagem à Toscana, por exemplo, se visite Cidades de Arte, como Florença e Siena, e também suas colinas vinícolas e estações termais. Ou que numa viagem à Lombardia se visite capitais de outras províncias (além de Milão), e localidades de montanha, ou do entorno dos grandes lagos. Não se trata, portanto, de uma comparação entre tipos de turistas e tipos de viagens, mas de uma comparação entre as permanências (pernoites) em hotéis, pensões, etc. O que dá uma boa idéia da importância do grau atingido pelo turismo rural, pois, como foi visto acima no caso específico dos parques nacionais, esse tipo de hospedagem corresponde apenas à metade das que ocorrem em casas de campo que são residências secundárias. Esta dimensão também é muito importante nas localidades litorâneas, mas quase inexistente nas cidades turísticas, o que é

muito significativo para a comparação feita na tabela 2, pois permite deduzir que - mesmo no caso da Itália, com suas magníficas *Città d'Arte* – a procura por amenidades rurais pode ser superior à procura por amenidades urbanas.

Embora a segunda casa, para férias e/ou finais de semana ¹⁴, esteja entre os vários componentes desse leque chamado turismo, o fenômeno parece contribuir muito mais para o valor agregado do ramo da construção civil do que ao ramo turístico propriamente dito. O loteamento de muitas áreas de valor turístico, tendência que se tornou muito forte na Itália a partir dos anos 1960, “produziu efeitos muito limitados sobre o turismo”, segundo Battilani (2001:42). Além disso, são muito recentes, além de raras, as iniciativas que procuram chamar a atenção para o potencial subutilizado que representa esse fenômeno. Pelo menos é o que se pode deduzir da primeira investigação sobre o tema feita pelo instituto de pesquisa regional da Lombardia (IReR, 2002) ¹⁵.

2.3 – Energia de fontes renováveis

Um mundo sem petróleo parece um sonho que, não somente pode se realizar, como pode se tornar um pesadelo se não surgir alguma inovação radical que realmente reduza a sua importância. O esgotamento das fontes fósseis de energia é uma das poucas certezas que se pode ter sobre o futuro. Mas uma certeza que ainda não torna realmente urgente a transição para uma matriz energética mais sóbria, baseada nas fontes renováveis. Isto porque as previsões de mais quarenta anos para o petróleo, e de mais sessenta anos para o gás, são contrariadas pela idéia de que certos investimentos – mesmo que altíssimos – poderiam aumentar esses prazos em pelo menos vinte anos. E por mais que haja avanços tecnológicos que permitam que as atuais fontes renováveis passem a ser mais usadas, sua contribuição agregada à produção de energia primária deverá se manter em torno dos atuais

¹⁴ Possuem esse tipo de casa 12% dos empregados, porcentagem que dobra entre as famílias de profissionais liberais (segundo Mauricio Ricci: “Avanza l'Italia delle caste”, *La Repubblica*, 13-06-05, p.15). Num país em que 80% das famílias têm casa própria, estima-se que 15% têm mais de uma.

¹⁵ Quanto às migrações de aposentados para áreas mais específicas, não foram encontradas evidências estatísticas razoáveis. No entanto, algumas comparações das estruturas etárias das regiões indicam que as mais altas participações de pessoas mais idosas ocorram em províncias rurais que mais concentram amenidades naturais e culturais. Como destaca a OCDE (2002:66), em 1998 a Província de Siena já registrava a porcentagem mais elevada de pessoas com mais de 65 anos de toda a Itália. E acrescenta: se a ruralidade não é necessariamente a responsável pelo fenômeno, não se pode excluir que os efeitos do processo sejam mais marcantes no meio rural.

14% pelo menos até 2030. Isto porque os esforços nessa direção que estão sendo feitos em países do Norte serão contrabalançados por tendência inversa nos países do Sul.

Claro, tais previsões precisarão ser alteradas se surgir algum resultado radicalmente inovador dos esforços de pesquisa com hidrogênio e células a combustível, realizados principalmente pelos EUA e pelo Japão. No entanto, mesmo nesta hipótese, é duvidoso que se possa prescindir de progressos paralelos no âmbito das renováveis. Pois se o hidrogênio vier a ser extraído de fontes fósseis, ou da nuclear, terá os mesmos impactos ambientais (emissões de efeito estufa e lixo atômico).¹⁶ Ou seja, nas três principais fontes renováveis mais promissoras - solar (térmica/fotovoltaica), eólica, e biomassa - mas principalmente nas duas últimas, deverá haver aumento da relevância dos espaços rurais disponíveis nos países mais desenvolvidos, especialmente da Europa.¹⁷

Atualmente são irrisórias as contribuições das renováveis na produção e no consumo de energia, como mostra a tabela 3. Mas os governos nacionais estão sendo cada vez mais pressionados a ter políticas que as favoreçam, tanto em função das duvidosas perspectivas de longo prazo referentes às fontes fósseis, como de outros fatores, entre os quais se destaca evidentemente a entrada em vigor do protocolo de Kyoto. Na União Européia, esse esforço estratégico se intensificou a partir de 1997, com o “Livro Branco”, e mais ainda no final de 2000 com o “Verde”: *“Towards a European strategy for the security of energy supply”*.

No entanto, como mostram as tabelas 4 a 6, avanços práticos têm sido lentos e bem desiguais entre os países. Destaca-se o caso alemão no âmbito eólico e solar fotovoltaico; o espanhol e o dinamarquês apenas no eólico; o grego e o austríaco, no solar térmico; e nenhuma menção honrosa sequer no âmbito da biomassa.¹⁸

¹⁶ E é muito incerta a possibilidade de se obter a fusão de isótopos de hidrogênio para produzir hélio com grande liberação de energia, principal objetivo do projeto ITER, Reator Termonuclear Experimental Internacional, financiado pela UE, EUA, Japão, Rússia, China e Coreia do Sul.

¹⁷ Ao lembrar que a contribuição dos renováveis será necessariamente modesta, o físico Cerqueira Leite (2005) considera “bom que começemos a recuperar as bicicletas enfiadas nos sótãos e nos porões”.

¹⁸ Há um projeto que visa a converter a produção de açúcar de beterraba em biocombustível. Mas é uma proposta que ainda deverá passar pelo parlamento europeu. (*Repubblica*, 23-06-05, p. 37).

A Itália está bem atrasada em relação a países mencionados, como mostra a tabela 7. Mesmo assim, há no setor das renováveis desse país empresas que exportam tecnologia, além de dois casos emblemáticos de auto-suficiência energética: a cidade de Bolzano, no Trentino Alto Adige, e o município Varese Ligure, na Ligúria (Legambiente 2005-b; Cianciullo, 2005-b). No que se refere especificamente ao uso da biomassa para a produção de biodiesel e etanol, a Itália acompanha a tendência europeia em honroso terceiro lugar, depois da França e da Alemanha. Mas parte do colza utilizado para o biodiesel precisa ser importado desses dois países (ENEA, 2004).

Tabela 3 – Contribuição das fontes renováveis em 2002
(Em porcentagens)

	Hidrelétrica	Geotérmica	Biomassa	Solar+Eólica	Total
Mundo	2,2	0,4	10,9	0,1	100,0
OCDE	2,0	0,5	3,3	0,1	100,0
UE-15	1,6	0,3	3,8	0,3	100,0
Itália	2,0	2,0	1,8	0,1	100,0

Fonte: ENEA (2004) (AIE)

Tabela 4 – Eólica em seleção de países europeus.
(Em MW instalados)

	Potência instalada Dez. 1998	Potência instalada Dez. 2000	Potência instalada Dez. 2002	Potência instalada Out. 2004
Alemanha	2.875	6.113	11.994	15.329
Espanha	83	4.235	4.825	6.800
Dinamarca	1.443	2.417	2.889	3.094
Holanda	361	446	693	1.000
Itália	180	427	788	1.040
Total UE 15	6.453	12.886	23.089	30.000

Fonte: Legambiente (2005-b) (Ewea, Enea)

Tabela 5 – Solar fotovoltaico em seleção de países europeus.
(Em MW instalados)

	1992	1997	2002	2003
Alemanha	5,6	41,9	277,6	397,6

Holanda	1,3	4,0	26,3	48,6
Espanha	4,0	7,1	20,4	27,2
Itália	8,5	16,7	22,0	26,0
França	1,8	6,1	17,2	21,7
Áustria	0,6	2,2	10,3	16,8
Grã Bretanha	0,2	0,6	4,1	5,5
Total EU 15			392,1	562,3

Fonte: Legambiente (2005-b) EurObserv'ER, EPIA (European Photovoltaic Industry Association)

Tabela 6 – Solar térmico em seleção de países europeus, 2003.

	m2 instalados	m2 por mil habitantes
Alemanha	4.715.000	57
Grécia	2.850.000	270
Áustria	2.542.000	313
França	670.000	11
Itália	408.000	8
Holanda	395.000	24
Espanha	282.000	8
Total EU 15	12.845.000	31

Fonte: Legambiente (2005-b) (Ises Itália).

Tabela 7 – Renováveis na Itália: situação e metas

	Situação em 2003	Metas 2008-2012 ("Livro Branco")
Hidrelétrica > 10 MW	14.517 MW	15.000 MW
Hidrelétrica < 10 MW	2.223 MW	3.000 MW
Geotermia	860 MW	800 MW
Eólica	904 MW	2.500 MW
Solar fotovoltaica	22 MW	300 MW
Solar térmica	408.000 m2	3.000.000 m2
Biomassa	225 MW	2.300 MWe

Fonte: Legambiente (2005-b) (Ises Itália).

2.4 - Problemas

Consideradas separadamente, são fartas as evidências que confirmam a parte da hipótese inicial referente aos três principais vetores da nova valorização da ruralidade. O caso italiano ilustra bem como esses vetores se manifestam em evidentes progressos na direção

da diversidade biológica e cultural, do aproveitamento econômico de suas amenidades, e de algumas fontes renováveis de energia.

No entanto, se esforços de conservação da diversidade, e de suas conseqüências paisagísticas e culturais, certamente contribuem bastante para expandir e consolidar diversas formas de turismo rural, o mesmo não pode ser dito em relação à exploração de fontes renováveis de energia. Por outro lado, os casos de mais expressivo desenvolvimento rural ancorado no turismo não garantem que tais relações possam ser duradouras, além de serem evidentemente hostis a qualquer tipo de exploração de novas fontes renováveis de energia que envolva alguma degradação paisagística¹⁹.

Ou seja, mesmo que as três dimensões possam confirmar o inequívoco nascimento de uma “nova ruralidade”, seria ingênuo supor que elas formem um tripé convergente. Ao contrário, este início do século XXI pode revelar justamente o nascimento de uma espécie de “nova conflitualidade” em territórios rurais de regiões das mais “modernas” da Europa.

O caso mais óbvio é certamente o da energia eólica, que já provoca forte choque de posições, nos quais há confrontos entre os próprios movimentos e entidades ambientalistas. No momento, a situação ainda é aquela de muro contra muro, relata Cianciullo (2005-a). De um lado, a favor das instalações eólicas, estão: o governo, as associações ambientalistas mais importantes (*Legambiente* e *WWF - World Wide Fund for Nature*), e muitos municípios. Do outro, preocupados com os impactos paisagísticos, estão algumas Regiões (Sardenha, Puglia, Vêneto), a organização “*Italia Nostra*”²⁰ e várias outras entidades ambientalistas entre as quais *Mountain Wilderness*. O WWF solicitou ao Ministério dos Bens Culturais e do Ambiente a divulgação de diretivas sobre os critérios de localização das instalações. E anunciou a publicação de um documento conjunto com a *Anev* (associação dos produtores) com o propósito de demonstrar que energia eólica e conservação da natureza são compatíveis.²¹

Contudo, presidentes de região, assim como a importante entidade *Italia Nostra*, insistem

¹⁹ O que não se aplica às mais velhas, como a hidrelétrica.

²⁰ *Italia Nostra* é uma entidade cinquentenária, presidida desde 1988 pela condessa Desideria Pasolini dall'Onda, que se dedica essencialmente à “tutela do patrimônio histórico, artístico e natural da nação”. É uma das organizações ambientalistas mais ativas no âmbito da “governança do território”.

²¹ Um acordo por muitos considerado “histórico”, cf. Cianciullo (2005-c).

na necessidade de uma moratória que permita examinar “onde, como e quando”. E os conservacionistas mais radicais estão em pé de guerra, provocando uma espécie de acerto de contas dentro de todas essas associações.

É provável que venha a surgir um acordo que evitaria um confronto mais grave entre as Regiões que bloquearam os canteiros de obras eólicas e o governo central, que conseguiu no Conselho de Estado a declaração de inconstitucionalidade da lei anti-eólico promulgada pela Sardenha. E quem mais está interessado nesse acordo é o grupo de empresas produtoras de tecnologias ambientais que criou o “*Kyoto Club*”. A proposta desse clube é que sejam fixadas para cada Região, com a participação dos poderes locais, metas de incremento das renováveis e de eficiência energética. A partir daí, cada Região teria o direito de atingir sua meta só com energia solar e redução de desperdícios. Mas por enquanto esse tipo de acordo está bem longe de ser vislumbrado.

Ainda mais sérios se tornaram os conflitos resultantes da saturação turística de algumas regiões rurais italianas. Basta dizer que no trabalho em que a OCDE fez uma verdadeira radiografia da muito bem sucedida experiência de desenvolvimento rural da província toscana de Siena, foi enfaticamente colocado em dúvida a possibilidade de que seu padrão turístico possa ser “durável”, ou mesmo “viável” (OCDE, 2002:159-182).

A província de Siena é dotada de invejáveis tesouros paisagísticos, gastronômicos, e termais, além dos mais conhecidos e consumidos, de ordem artística e histórica. Por isso, ela padece de saturação turística, com suas negativas repercussões econômicas, sociais e ambientais. Um turismo excessivo, não somente gera um fenômeno de ressentimento e de rejeição por parte da população local, mas frequentemente também um efeito de evicção, pois os centros históricos progressivamente perdem população e funções tradicionais. Os aumentos dos aluguéis e dos preços dos imóveis engendram distorções que forçam os autóctones a procurar em outros lugares uma habitação mais acessível. Esse fenômeno também modifica a natureza do comércio, fazendo com que casas tradicionais sejam substituídas por butiques para turistas. Por outro lado, os visitantes que procuram autenticidade tendem a fugir desses locais super-explorados, onde tudo começa a parecer falso. Excesso de afluência de visitantes e número excessivo de lojinhas de souvenir acabam por espantar a melhor clientela depois de degradar a imagem do patrimônio

cultural e/ou natural que foi a causa da atração.

O estudo da OCDE enfatiza especificamente o caso de San Gimignano. Ali há rígida regulamentação sobre a preservação, o urbanismo e o setor imobiliário porque o local é classificado pela UNESCO como patrimônio da humanidade. Mas não se aplica ao comércio, pois existe uma lei italiana (“Bersani”) que restringe as atribuições das autoridades locais em matéria de regulamentação das zonas comerciais. Mesmo assim, a municipalidade de Montalcino adotou legislação que exige avaliação dos impactos prévia a qualquer autorização de novos empreendimentos comerciais. O que permitiu a quase proibição das atividades mais “poluentes” em áreas específicas (OCDE, 2002:161).

Outro aspecto do turismo que muitas vezes acaba tendo impacto bem negativo em termos paisagísticos, além da erosão da biodiversidade, é sem dúvida a proliferação da “segunda residência”. Inclusive nas proximidades de áreas protegidas, e muitas vezes sem respeito à legislação, mas que acaba sendo beneficiada por algum tipo de perdão ou anistia.

Esse tipo de especulação imobiliária, que tem acirrado muito o debate sobre o “*abusivismo edilizio*”, está ligado a um período de forte crescimento da construção civil em geral (desde 1994), que só encontra paralelo histórico com o período do pós-guerra, entre 1951 e 1965. O investimento no setor aumentou 9,4% entre 2001 e 2004, enquanto o PIB crescia apenas 3,6%. Em tais circunstâncias, pulularam evidentemente as ilegalidades e a especulação imobiliária predatória, particularmente em áreas de patrimônio paisagístico que mais atraem investimentos turísticos (Legambiente, 2005-a).

Também é preciso lembrar que a imensa inércia institucional que torna lentíssima a reforma da PAC (Política Agrícola da União Européia) é certamente responsável pela manutenção de práticas agropecuárias que nada contribuem para os três novos vetores da ruralidade considerados acima. Mesmo que existam outras políticas européias que visam a estimular as atividades características da nova ruralidade – como é o citado caso do LEADER – elas contam com orçamentos irrisórios quando comparados às tradicionais políticas agrícolas de viés produtivista, a começar pela PAC. E com gasto dez vezes

superior ao consagrado à pesquisa, sempre repete Tony Blair, o líder nacional mais favorável a uma reforma radical da mais polêmica política da União Européia.

Mesmo em regiões rurais que já conseguem se desenvolver principalmente através de novas atividades ligadas às amenidades (geralmente classificadas simplesmente como turísticas), é comum que a maior parte da superfície cultivada só se viabilize devido às subvenções da PAC, que, paradoxalmente, favorece as produções especializadas, ou “monoculturas”. Um exemplo desse problema - que talvez possa ser considerado emblemático - também é o da Província de Siena, que foi objeto de um dos “Exames Territoriais” empreendidos pelo “Comitê de Políticas de Desenvolvimento Territorial da OCDE”. O problema foi caracterizado como verdadeiro “dilema” (OCDE, 2002:13).

Finalmente, uma grande incógnita é o impacto que poderá ter a utilização da biomassa como fonte alternativa de energia renovável, caso essa venha a adquirir razoável importância no futuro. Se houver uma paulatina conversão da PAC numa política de fomento das novas opções energéticas, talvez não aumentem demasiadamente seus impactos negativos sobre os outros dois vetores, a conservação da biodiversidade e o turismo. Contudo, se futuras dificuldades na área energética fizerem surgir incentivos a culturas especializadas além das já protegidas pela PAC, com certeza isto dará origem a conflitos que por enquanto não chegam a ser perceptíveis.

3. **“Renascimento” versus “nova ruralidade”**

Como saber se essas novas evidências realmente confirmam que a chamada “nova ruralidade” não é mesmo um “renascimento”, como pensou Kayser? Em primeiro lugar, comparando os fatos acima descritos com aqueles que mereceram mais destaque na principal contribuição de Kayser sobre o assunto: *La renaissance rurale; Sociologie des campagnes du monde occidental* (1990). Em seguida, discutindo os sentidos que podem ter para a história das sociedades humanas as noções de “renascimento” e de “novidade”.

O ponto de partida de Kayser foi uma mudança de tendência demográfica nos espaços rurais da maioria dos países industriais no curso dos anos 1970. Depois de décadas (por vezes um século) de declínio, a curva da população rural anunciou uma retomada. Mesmo que pouco pronunciada, a ruptura com a tendência anterior era clara: os sociólogos e demógrafos americanos tinham razão de qualificar essa inflexão de “turnaround”, de “retournement” (Kayser, 1990:47).

Depois de analisar as manifestações desse fenômeno demográfico na França, Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda, Itália, Estados Unidos, ele abre um exame mais aprofundado dos casos francês e americano com a afirmação de que a expressão “rural renaissance” estava tendo mais sucesso que “counter-urbanization” entre os autores americanos. E conclui esse capítulo com uma “hipótese geral”, calcada numa proposta feita por Cloke (1985) para explicar os casos da Grã-Bretanha, EUA e nova Zelândia.²² Com essa hipótese geral, Kayser se propõe a “ir mais longe” na identificação e avaliação dos fatores interativos que se encontram nas zonas de contato entre o local e o global. Chega assim à seguinte formulação:

a retomada de crescimento no mundo rural tomado globalmente, como nos burgos e pequenas cidades, é o resultado da *difusão no espaço dos efeitos da modernização e do enriquecimento do conjunto da sociedade* (Kayser, 1990:81, *itálicos meus*, JEV).²³

Sua caracterização do renascimento rural foi feita nos quatro capítulos subseqüentes, dedicados a quatro dimensões: 1) “antigos e novos camponeses”, 2) “a recomposição da sociedade de vilarejo”, 3) “ordenamento territorial: a localidade redescoberta”, 4) “a cultura no vilarejo”. E a conclusão final começa com um parágrafo que não poderia ser mais significativo para os propósitos desta comparação:

“Fazendo a *análise das mutações contemporâneas* registradas nos campos do mundo ocidental, este livro permite verificar aquilo que originalmente era apenas a hipótese de um observador atento: o renascimento. A expressão não é produto de uma imaginação poética: ela é retirada da atual literatura científica americana. Aliás, nós a havíamos

²² É bom notar, contudo, que o título do artigo de Cloke é “Counterurbanization”, e que ele usou, segundo o próprio Kayser, expressões como “regeneração” das zonas rurais, ou “resurgimento” rural.

²³ No original: “la reprise de croissance dans le monde rural pris globalement, comme dans les bourgs e petites villes, est le résultat de la diffusion dans l’espace des effets de la modernisation e de l’enrichissement de l’ensemble de la société” (Kayser, 1990:81).

empregado ingenuamente a partir de 1972 em artigo coletivo sobre as ameaças provocadas pela extensão de um campo militar sobre o plateau du Larzac” (Kayser, 1990:289, *itálicos meus*, JEV).²⁴

Comparando as ênfases da análise de Kayser com o que foi chamado acima de “três principais vetores” da atual valorização da ruralidade, pode até parecer que são questões inteiramente distintas. Indício de que em 1990 Kayser estava prisioneiro do prisma agrário de interpretação do espaço rural, como demonstram as noções de “novos camponeses”, ou de sociedade e de cultura “de vilarejo”.

Não que esses fenômenos tenham desaparecido da ruralidade atual dos países mais avançados. Mas essa permanência só faz lembrar daquela constatação biológica de que todos os organismos carregam restos de estruturas outrora funcionais, como sobras de estados ancestrais diferentes. Entre eles, ossos ocultos no interior da pele de certas baleias, ou os restos de ossos pélvicos encontrados em algumas serpentes, vestígios de ancestrais que tinham pernas.

Além desse óbvio contraste, que em nada diminui a importância da contribuição de Kayser - pois os tais “três vetores” não podiam ser facilmente discerníveis até os anos 1980 - é preciso discutir os sentidos que podem ter para a história das sociedades humanas as noções de “renascimento” e de “novidade”.

É até aceitável a idéia de “renascimento” para caracterizar um movimento cultural de transição entre duas épocas, cuja marca é o resgate ou recuperação de valores e idéias ancestrais. Isto não quer dizer, contudo, que essa que a metáfora possa ser transferida para o âmbito da civilização material (conforme a expressão de Braudel) que designa pelo menos a economia e a sociedade.

Por isso, mesmo que a utilização da expressão “renascimento” possa ter tido sucesso na literatura científica americana - e mesmo que ela tenha empolgado um ótimo analista,

²⁴ “Faisant l’analyse des mutations contemporaines enregistrées dans les campagnes du monde occidental, ce livre permet de vérifier ce qui n’était à l’origine que l’hypothèse d’un observateur attentif: la renaissance. L’expression n’est pas le produit d’une imagination poétique: elle est reprise de la littérature scientifique américaine actuelle. Nous l’avons d’ailleurs employée ingénument dès 1972 dans un article collectif, à propos des menaces que faisait peser sur le plateau du Larzac le projet d’extension du camp militaire” (Kayser, 1990:289).

como Kayser - é fundamental lembrar que a idéia de renascimento é tão estranha à história econômica e social quanto o é à história natural. O novo sempre brota do velho, e por isso sempre será possível nele identificar os tais vestígios. Mas eles só adquirem algum sentido como produtos da evolução. Este é um princípio que deve governar a análise de todo tipo de séries históricas, e não apenas as da história natural. Daí a importância da base teórica que separa a hipótese deste trabalho das hipóteses extremas de Kayser e Lefebvre.

4. As bases teóricas das três hipóteses

Não pode haver qualquer dificuldade em relacionar a abordagem de Lefebvre ao marxismo, mesmo que outros marxistas tenham formulado hipóteses radicalmente diferentes sobre o futuro da ruralidade. Basta lembrar de seu “método regressivo-progressivo”, tão elogiado por Sartre em sua crítica da razão dialética, e divulgado no Brasil (sem muito sucesso) por um de seus principais sociólogos: José de Souza Martins.²⁵

Bem menos óbvia e explícita é a base teórica da hipótese de Kayser. A leitura de seu livro permite identificar a prevalência de um ecletismo que certamente foi a principal marca dos mais fecundos estudos rurais realizados na França dos anos pós-1968. Até o grande mandarim da sociologia francesa Henri Mendras conta que nesse período aprendeu muito com o marxismo “revisado e atualizado” por Marcel Jollivet e Claude Servolin, apesar de nunca antes ter dado muita importância à obra de Marx. (Mendras, 1995:92).²⁶

Talvez esteja justamente nesse ecletismo a origem da principal ambigüidade teórica que pode ser identificada na obra de Kayser. Por um lado ele adere ao uso do termo “*renascimento*” que estava sendo usado na literatura científica americana. Mas, por outro, entre a formulação da hipótese geral e a conclusão prefere dizer que *as “mutações” contemporâneas resultaram da difusão no espaço dos efeitos da modernização e do enriquecimento do conjunto da sociedade*. Uma idéia muito mais razoável, diga-se de passagem. E é dessa ambigüidade que talvez possa ser extraída a diferença cognitiva entre a hipótese de Kayser e a que foi retomada neste artigo.

Essa terceira hipótese, que foi chamada de “caminho do meio” em Veiga (2004-a), resultou de um confronto das hipóteses de Lefebvre e Kayser com as evidências empíricas disponíveis mais de trinta anos depois. Isto não quer dizer, contudo, que ela não tenha uma base teórica que possa ser aqui explicitada.

²⁵ Ver a propósito Veiga (2004-b).

²⁶ E Mendras afirmou em entrevista ao sociólogo Antoine Savoye que foi recrutado para o CNRS por Georges Friedmann, que pretendia assim destruir as pesquisas rurais de Henri Lefebvre (Hess, 1988:168).

Antes de tudo é preciso deixar claro que as três hipóteses se situam no campo do materialismo histórico, e que nas três podem ser identificadas as influências da revolução científica provocada pela obra de Karl Marx. Um problema é que Lefebvre parece não ter feito a necessária distinção entre o Marx cientista social e o Marx utópico.²⁷ Outro é que Kayser misturou algo de Marx cientista social com diversas outras influências teóricas da geografia e da sociologia do século XX, mas deixando de lado a economia e a ecologia, como ele mesmo reconhece no “avant-propos” do livro *La Renaissance Rurale*.

Já a pretensão teórica da hipótese deste artigo resulta de um esforço ainda muito incipiente de combinar certas idéias do Marx cientista social com alguns resultados da revolução científica provocada pela obra de Charles Darwin. Numa primeira tentativa feita no âmbito restrito da ciência econômica (Veiga, 2000), ficou claro que a principal dificuldade desse projeto epistemológico está no entendimento das relações que se estabelecem entre as inovações e os conflitos no processo histórico de seleção das instituições. Afirmar que essas relações são “dialéticas”, como ali foi feito, leva necessariamente a uma incursão no intrincado debate filosófico sobre a relação Marx/Hegel²⁸, do qual se está longe de poder tirar conclusões razoáveis. Daí por que não é possível aprofundar agora essa questão.²⁹

Mesmo assim, o que foi dito acima é fundamental para o diálogo com a justíssima crítica feita recentemente por Abramovay (2005) ao caráter excessivamente normativo da literatura recente na área dos estudos rurais. Apesar de ter inteira razão nessa primeira crítica, o autor parece se enganar na seqüência ao dizer que há “ausência de fundamentos teóricos consistentes para a noção de território e desenvolvimento territorial” (p.9).

No que se refere ao território (que, mais do que noção, é um conceito), cuidadosa revisão teórica foi realizada recentemente por Haesbaert (2004). E quanto à expressão “desenvolvimento territorial”, os fundamentos teóricos existem para o que interessa: o

²⁷ Ver o interessantíssimo livro de Guido Carandini (2005).

²⁸ Comparar, por exemplo, Tambosi (1999), Giannotti (2000) e Holloway (2003).

²⁹ Tudo faz crer que nas sociedades humanas as mudanças tenham determinações lamareckianas e não darwinianas, pois qualquer conhecimento cultural adquirido em uma geração pode passar diretamente para a seguinte. E isso dá às inovações um caráter direcional e cumulativo que nenhuma evolução darwiniana possui. Um caráter potencialmente progressivo e autocomplexificador, porque a herança lamareckiana acumula inovações favoráveis pela transmissão direta e o amálgama de tradições permite que qualquer cultura escolha e junte as instituições mais úteis de diversas sociedades separadas. Para um aprofundamento desta questão ver o último capítulo de Gould (2001).

substantivo desenvolvimento. Seria absurdo imaginar que surgissem novos fundamentos teóricos para cada tipo de qualificação do desenvolvimento.

Todavia, esse equívoco não tira o valor da idéia de buscar na “sociologia econômica contemporânea” ferramentas teóricas para o estudo da “ligação entre os territórios e as forças sociais que o compõem”. Só que aqui surge um sério problema seguido de uma forte limitação.

O problema é que essa formulação já assume um conceito de “território” como algo distinto das “forças sociais que o compõem”, o que está bem distante das abordagens baseadas no materialismo histórico. A limitação é que as ferramentas teóricas da sociologia econômica são por demais insuficientes para servirem de base à hipótese “macro-histórica” discutida neste artigo, por mais que sejam pertinentes e relevantes a pesquisas específicas sobre determinados territórios.

Para entender a ruralidade que está nascendo nas sociedades mais avançadas do planeta serão necessários fundamentos que possam servir de base teórica simultaneamente às principais “Ciências Sociais Aplicadas” e às principais “Ciências Biológicas”. Enfim, para discutir os possíveis futuros da ruralidade seria tão errado assumir abordagens apenas econômicas ou sociais, quanto um ponto de vista estritamente ecológico.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. “Repensando o marco conceitual: como estudar as forças sociais do território?” *Relatório do Projeto Fipe/Rimisp*, S. Paulo: Junho 2005. 23p.
- BARBERIS, Corrado. “Turismo e nuova ruralità”, in: TCI – Touring Club Italiano. ***Turismo e mondo rurale***. Atti del convegno (Ragusa-Modica – 23-25 Novembre 1989), Milano: TCI, 2001, pp. 33-46.
- BARTALETTI, Fabrizio & Massimiliano Vavassori. “Turismo e montagna in Itália. Una analisi quantitative”. in: Harald Pechlaner e Mara Manente (eds) ***Manuale del turismo montano – Prospettive, cambiamenti e strategie di management***, Touring University Press. Touring Club Italiano, 2002, pp. 17-46.
- BATTILANI, Patrizia. ***Vacanze di pochi vacanze di tutti. L’evoluzione del turismo europeo***. Bologna: Il Mulino, 2001.
- BONAPACE, Umberto. “I valori della ruralità nel mondo attuale” in: TCI – Touring Club Italiano. ***Turismo e mondo rurale***. Atti del convegno (Ragusa-Modica – 23-25 Novembre 1989), Milano: TCI, 2001, pp. 23-32.
- CARANDINI, Guido. ***Un altro Marx. Lo scienziato liberato dall’utopia***. (Prefazione di Giorgio Ruffolo), Roma: Laterza, 2005.
- CERQUEIRA LEITE, Rogério Cezar de. “O fim da era da maldição do petróleo”, ***Folha de S.Paulo***, 21-08-05, p. A-3.
- CIANCIULLO, Antonio. “Energia pulita, la battaglia del vento”. ***La Repubblica***, 14 de Junho de 2005-a, p. 31. “L’Italia a caccia di energia pulita”. ***La Repubblica***, 21 de Junho de 2005-b, p. 28. “Via libera alle centrali eoliche”. ***La Repubblica***, 28 de Junho de 2005-c, p.25.
- CLOKE, P. “Counterurbanization”. ***Geography***, nº 1, 1985 (apud Kayser, 1990).
- ENEA – Ente per le Nuove tecnologie, l’Energia e l’Ambiente – ***Rapporto Energia e Ambiente 2004***. (Curato dall’Unità di Agenzia per lo Sviluppo Sostenibile, Advisor dell’ENEA). Roma: Enea, 2004.
- GIANNOTTI, José Arthur. ***Certa herança marxista***. S. Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- GOULD, Stephen Jay. ***Lance de dados. A idéia de evolução de Platão a Darwin***. Rio de Janeiro: Record, 2001 [c1996].
- HAESBAERT, Rogério. ***O mito da desterritorialização***. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.
- HESS, Remi. ***Henri Lefebvre et l’aventure du siècle***. Paris: Ed. A.M. Métailié, 1988.
- HOLLOWAY, John. ***Mudar o mundo sem tomar o poder***. São Paulo: Viramundo, 2003.
- INEA – Istituto Nazionale di Economia Agraria. ***Lo sviluppo rurale; turismo rurale, agriturismo, prodotti agroalimentari***. Quaderno informativo n. 4, (2ª. ed.), outubro, 69 p., 2001.

- IReR – Istituto Regionale di Ricerca della Lombardia. *Il fenomeno delle seconde case in Lombardia. Analisi della consistenza per la promozione di nuova ricettività per il turismo*. Rapporto Finale. Milano: IReR, 2002, 112 p.
- KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 [c1970].
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1995 [c1974].
- LEGAMBIENTE (2005-a) *Le Regioni Italiane davanti alle sfide della sostenibilità*. (Rapporto sulla sostenibilità delle Regioni italiane realizzato in collaborazione con l'Istituto di Ricerca Ambiente Italia). Roma: Legambiente, Fevereiro, 2005.
- LEGAMBIENTE (2005-b) *Idee e Proposte per rilanciare le Fonti Rinnovabili in Itália*. Roma: Legambiente: Fevereiro 2005.
- MENDRAS, Henri. *Comment devenir sociologue. Souvenirs d'un vieux mandarin*. s/l: Actes Sud, 1995.
- OCDE – Organization for economic co-operation and development. - *Territorial indicators of employment; Focusing on rural development*. Paris: OCDE, 1996.
- OCDE – Organization for economic co-operation and development. *Examens territoriaux de l'OCDE; Sienne, Italie*. Paris: OCDE, 2002.
- OCDE - Organization for economic co-operation and development. New Approaches to Rural Policy. Lessons from around the world. Paris: OCDE, 2005.
- TAMBOSI, Orlando. *O declínio do marxismo e a herança hegeliana. Lucio Coletti e o debate italiano (1945-1991)*. Florianópolis: Ed.da UFSC, 1999.
- TCI – Touring Club Italiano. *Turismo e mondo rurale*. Atti del convegno (Ragusa-Modica – 23-25 Novembre 1989), Milano: TCI, 2001.
- PETRINI, Carlo. *Slow Food Revolution. Da Arcigola a Terra Madre; Una nuova cultura del cibo e della vita*. Conversazione con Gigi Padovani. (Prefazione di Vandana Shiva). Milano: ed. Rizzoli, 2005.
- VEIGA, José Eli. “A convergência entre evolucionismo e regulacionismo”, *Revista de Economia Política*, vol. 20, nº 2 (78), abril-junho 2000, pp. 141-156.
- VEIGA, José Eli. “Destinos da ruralidade no processo de globalização”, *Estudos Avançados*, vol. 18, n.51, maio-agosto 2004-a.
- VEIGA, José Eli. “A atualidade da contradição urbano-rural”, in: *Análise Territorial da Bahia Rural*, Série de Estudos e Pesquisas nº 71, Salvador: SEI, 2004-b.
- VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento Sustentável; O desafio do Século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2005.